

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

FONSECA JUNIOR, Gelson. *Gelson Fonseca Junior (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2011. 16 p.

**GELSON FONSECA JUNIOR**  
**(depoimento, 2008)**

## ***Ficha Técnica***

tipo de entrevista: temática  
entrevistador(es): Matias Spektor e Dani Nedal  
levantamento de dados: Matias Spektor  
pesquisa e elaboração do roteiro: Matias Spektor  
técnico de gravação: Fernando de Mello Cardenas  
local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
data: 27/10/2008  
duração: 1h 6min  
arquivo digital em áudio: 1  
páginas: 16

Entrevista realizada no contexto do projeto "Luiz Felipe Lampreia", desenvolvido com financiamento da Souza Cruz, através da Lei Rouanet de incentivo fiscal do Ministério da Cultura, entre julho de 2008 e junho de 2009. O projeto visa à constituição de um banco de entrevistas audiovisuais com o ministro Luiz Felipe Lampreia e pessoas indicadas por ele, além de completar o tratamento técnico do seu arquivo pessoal, doado ao CPDOC.

## Sumário

*Entrevista: 27/10/2008*

**Arquivo em áudio 1:** O primeiro contato do entrevistado com Fernando Collor de Mello e o convite a ocupação do cargo de assessor diplomático de seu governo (1990-1992); comentários acerca dos *briefings* com os candidatos à Presidência da República, nas eleições de 1989; as funções do entrevistado enquanto assessor diplomático do Presidente Collor; a atuação como escritor dos discursos do Presidente; a preocupação de Collor com seus discursos; as mudanças realizadas pelo Governo Collor; menção ao discurso de posse de Collor; a relação de Collor com o diplomata José Guilherme Merquior; comentários acerca do impeachment de Collor; a relação com Fernando Henrique Cardoso; o convite para trabalhar como presidente da Fundação Fernando Gusmão (Funag); a organização de um estudo sobre o Itamaraty e o tema: *Política externa no mundo em transformação*, com participação de intelectuais internacionais como Manuel Castells e Anthony Giddens; o trabalho como assessor diplomático de Fernando Henrique Cardoso e comparações com o trabalho realizado com Fernando Collor de Mello; menção as discussões sobre política externa entre Fernando Henrique e seus assessores Sergio Amaral, Luciano Martins e Vilmar Faria; a relação entre Fernando Henrique e Luiz Felipe Lampreia; a trajetória e a influência de Lampreia na política externa dos Governos Fernando Henrique Cardoso; o trabalho como representante do Brasil na Organização das Nações Unidas; comentários sobre a carreira de Celso Amorim e sua atuação como representante do Brasil na ONU; comentários acerca da atuação da ONU Timor Leste e a posição do Brasil sobre a questão; as diferenças entre Celso Amorim e Luiz Felipe Lampreia; a posição acerca da Reforma do Conselho de Segurança da ONU: diferenças de conjuntura e atitudes entre o entrevistado e Celso Amorim; atuação dos membros não-permanentes no Conselho de Segurança da ONU; a relação dos Governos Fernando Henrique Cardoso com as Nações Unidas; a relação do entrevistado enquanto embaixador representante do Brasil na ONU, o Departamento de Organismos Internacionais e o Departamento de Nações Unidas; observações acerca das estratégias e condições do envio de tropas brasileiras a outros países, menção ao caso do Kosovo, entre outros.

Entrevista: 27/10/2008

M. S. – Embaixador, a gente queria começar com o seu papel como assessor diplomático do presidente, na década de 90. Começar daí. E chegar a Fernando Henrique dessa maneira. Como foi o convite para o senhor ir para lá e quais eram as tarefas iniciais que se esperavam que o senhor cumprisse?

G. F. – O convite nasceu de uma casualidade, porque eu não conhecia o presidente Collor. Eu tinha estado com ele uma única vez, num almoço na casa do embaixador Paulo Tarso. Os candidatos à presidência nos tinham pedido *briefings*, e o do Collor foi na casa do Paulo Tarso. Eu estava lá porque eu era assessor do Paulo Tarso. O *briefing* com o Covas<sup>1</sup> foi no gabinete do Paulo Tarso, o *briefing* com o Lula<sup>2</sup> foi na casa de uma jornalista chamada Marilena Chiarelli. Eu participei dos três. Portanto, eu não tinha nenhuma intimidade com o Collor. O convite nasceu pelo seguinte: o chefe do gabinete do Collor era um diplomata, Marcos Coimbra, que ia muito ao Itamaraty, sobretudo para preparar viagens que ele fez antes de ser eleito. Eu também não conhecia de antes o Marcos Coimbra; mas, como chefe do gabinete do Paulo Tarso, eu conversava regularmente com o Marcos Coimbra, e ele acabou se decidindo por me convidar. Eu acho que também tem um outro lado: ele não conhecia muita gente no Itamaraty, aliás o Collor também.... Eu acho que eu fui convidado por falta de pessoas conhecidas. [ri]

M. S. – Esses *briefings* eram feitos sempre pelo Paulo Tarso?

G. F. – Não. O Paulo fez o do Collor e o do Covas. O do Lula, fomos eu e o Luís Augusto Araújo Castro, na casa da Marilena.

M. S. – Que era marido da Marilena, se eu não me engano.

G. F. – Não, ele não era,. Naquele tempo, acho que não. Eu tenho a impressão que a Marilena estava solteira... Ainda não tinha casado com Luís Augusto. Eu não me lembro. Aí, realmente, é pedir demais pela pobre memória. [ri]

M. S. – Claro. O que acontecia nesses *briefings*? Eram *briefings* da situação da chancelaria, do ambiente internacional, recém terminada a guerra fria?

G. F. –. Eles variavam. Eu não tenho notas sobre esses *briefings*. O do Collor foi um *briefing* um pouco mais extenso porque foi um almoço e havia outras pessoas. Eu não me lembro se a Zélia estava no *briefing* do Collor. Enfim, havia gente da equipe dele. Acho que a Zélia estava, havia mais alguém. Acho que o Coimbra talvez estivesse também. O do Covas foi, praticamente, um tête-à-tête, era o Paulo com o Covas e eu. E o do Lula, como eu te falei, era eu e o Luís Augusto. Mas se falava em geral, de política externa, o que estava acontecendo. Eu te confesso que eu não me lembro exatamente o que é que se discutiu. Mas eram visões gerais, não eram visões sobre a chancelaria, sobre problemas de organização, de administração.. Acho que, enfim, era um pouco relações com a Argentina, relações com os Estados Unidos, que entrava em todos. Por aí.

M. S. – E uma vez que começa esse posto novo, o que se esperava que o senhor fizesse?

---

<sup>1</sup> Referência ao político Mário Covas, candidato à Presidência da República em 1989.

<sup>2</sup> Referência ao político Luiz Inácio Lula da Silva.

**G. F.** –Então eu fui chamado para ser assessor diplomático do Collor e a primeira função foi preparar a viagem do Collor como presidente eleito. Essa foi a primeira tarefa que eu tive. Então eu acompanhei o Collor na viagem; e quem fazia a retaguarda da viagem, quem organizava os roteiros e dava instrução às embaixadas para receberem o Collor era o próprio Paulo Tarso, que era o secretário-geral, e o Carlos Garcia, que, depois, veio a ser embaixador em Madri. E nessa viagem fomos então poucas pessoas porque era o Collor, a senhora do Collor, Marcos Coimbra, a senhora do Marcos Coimbra, que era irmã do Collor, a Ledinha, a Zélia, o Cláudio Humberto e o Luís Carlos Chaves – e um segurança, que era um tenente ou sargento da Força Policial de Alagoas, que acompanhava o Collor há muito tempo. Então, era um grupo pequeno. O que eu acabei fazendo foram os discursos, porque não havia ninguém para fazer discurso. O Collor não tinha o *ghost-writer*. Ou não tinha o *ghost-writer* para essa viagem, não sei. Eu tenho a impressão que ele devia ter *ghost-writers* de agências de publicidade, que devem ter sido usados na campanha eleitoral. Então, quando ele vira presidente, ele não tem *ghost-writer*. E como eu estava ali... Não é que eu soubesse escrever – bem ou mal; mas enfim, diplomata tem que conhecer, pelo menos, gramática. Então, como eu sabia gramática, eu acabei escrevendo os discursos da viagem. Mas os discursos que eu escrevi eram muito trabalhados por ele. . Acho que uma das... não sei se virtude, mas enfim, uma das coisas que o Collor sabia fazer era introduzir frases de efeito; então, se fazia um discurso normal, e o Collor então acrescentava sempre alguma coisa, que era o que dava manchete, não é. Tem aquela história – vou matar a inflação com um tiro, vou fazer uma privatização por semana ou por mês... Enfim, eram as coisas que davam manchete. Você, evidentemente, tinha que introduzir, não é, aquelas idéias. [ri] Mas aí acabei estabelecendo uma relação com ele e fiquei nessa posição de *ghost-writer* depois.

**M. S.** – A política externa, durante esse período, vive tantas mudanças importantes, de fundo. O tom do discurso, ele lhe dava em conversas pessoais, ele lhe pedia? Como é que surgiam as idéias?

**G. F.** – Olha, o Collor tinha muitas idéias. Eu acho que ele repete um certo padrão de mudanças em política externa brasileira que, em geral, nascem na Presidência, não nascem no Itamaraty. Então... era ele que tinha as idéias. O primeiro discurso que eu fiz, que tinha que ver especificamente com política externa, foi o discurso de quando ele tomou posse, no Congresso; que é um discurso que, aliás, está muito bem feito, não por minha causa, mas por causa do Merquior<sup>3</sup>. O Merquior fez o discurso. Mas faltava a parte de política externa, e eu, então, acrescentei. Esse discurso tem uma coisa engraçada. O Roberto Campos, nas memórias dele, menciona esse discurso e diz: o Collor fez um bom discurso, mas a parte de política externa é muito ruim; e foi feita por um diplomata, que era aquele barbudinho... e ele me identificava, com o Silveira. Então disse que o discurso era uma mistura de London School com Patrice Lumumba. [risos] Tinha o Merquior, que era a London School e tinha eu, que era a Universidade Patrice Lumumba. [ri] Mas essa parte do discurso não diz muito, não é uma inovação radical. Eu acho que o Collor vai inovando um pouco com o correr dos acontecimentos, em função de duas ou três idéias que tinha na cabeça: o negócio do Mercosul, de fortalecer essa relação, que ele acaba promovendo o mercado comum. Eu acho que outra coisa importante, ele muda a atitude em relação às ONGs, ele muda em relação a...

**M. S.** – Direitos humanos, meio ambiente, proliferação. Estados Unidos.

---

<sup>3</sup> O entrevistado refere-se ao diplomata e sociólogo José Guilherme Merquior.

**G. F.** – Meio ambiente, proliferação. Exatamente. Ele tinha uma visão... Mas em relação aos Estados Unidos, era uma coisa um pouco ambígua, nunca...

**M. S.** – Vocês foram aos Estados Unidos, como presidente eleito, a Nova Iorque.

**G. F.** – Fomos. Foi como presidente eleito. E foi a Washington também. Ele teve lá o encontro... Se lembra daquela célebre história, Eu não sei se é verdade ou não, que o Bush queria recebê-lo porque ele parecia o Indiana Jones. Enfim, isso correu na imprensa naquele momento.

**M. S.** – Por que o Merquior era a pessoa a escrever o discurso? Era um intelectual, um intelectual de enorme peso. Era com quem Collor mantinha debate intelectual sobre as mudanças do mundo?

**G. F.** – Eu acho que sim. O Merquior... Eu não sei se chegou a conhecê-lo?.

**M. S.** – Não.

**G. F.** – O Merquior era um personagem extremamente cativante, um homem de uma inteligência infinita e... O Nelson Rodrigues dizia dele que... quando ele tinha dezessete anos, já tinha lido todos os livros que alguém podia ler. E realmente. Eu conheci o Merquior quando eu tinha dezenove ou vinte anos, e era impressionante. Você ia a casa dele, Merquior era pouco mais velho que eu, devia ter vinte e três ou vinte e quatro anos, era uma casa coalhada de livros. E a impressão que você tinha é de que ele tinha lido todos os livros. Aquelas coleções francesas da... como é? –da Gallimard, que tem todos os clássicos, estava tudo na parede. E ele falava daqueles livros com uma intimidade enorme. Bom. Mas enfim. O Collor foi, em algum momento, numa dessas viagens que ele fez antes de se eleger, foi a Paris, e o Merquior o recebeu, jantou com ele, e ele se encantou com Merquior, como qualquer um se encantaria, porque o Merquior sabia encantar. Merquior tinha uma certa... fascinação, também, pelas coisas do poder. E aí então ele passou a ser um interlocutor do Collor. acho que importante. O Merquior andou fazendo uns papéis para ele... Depois, até deu uma certa confusão, porque ele publicou uns papéis do Merquior como artigos e assinou. Isso, mais adiante. E as pessoas disseram: ah, mais isso é coisa do Merquior.. Uma série, que era *democracia social*, algo assim. Mas enfim, o Merquior era o intelectual com quem ele tinha uma relação, por isso que ele foi escolhido para fazer o discurso. E o Merquior chegou a ser convidado para ser ministro da Cultura, mas aí não aceitou. Acho que o Merquior queria ser o chanceler, queria ser outra coisa

**M. S.** – Ah! Ele queria ser chanceler?

**G. F.** – Eu tenho a impressão que sim. Essas coisas .. é difícil afirmar, porque... Esse mundo é um mundo em que a informação e a fofoca se misturam, quer dizer... E não tem um juiz para dizer: olha, isso é fofoca, isso aqui é informação. [ri] Então...

**M. S.** – Mas parte da conversa entre eles era sobre política internacional, ou pelo menos, sobre as transformações do mundo.

**G. F.** – É. O Merquior tinha idéia... tinha essas idéias de democracia social ou liberalismo social.. Um pouco, tem que ver, eu acho, com o negócio da terceira via. Acho que é a reencarnação mais recente é essa. E ele escreveu sobre isso. E eu tenho a impressão que uma das idéias do Collor (isso também teria que checar) era criar um partido, que fosse um partido de centro com inclinações de esquerda. Enfim, alguma coisa que fosse a social democracia brasileira, alternativa ao PSDB. E o Merquior era o personagem que alimentava essa coisa. O Merquior tinha uma cabeça liberal, enfim, foi

formado lá na London School e tudo, e esse lado também atraia o Collor, porque o Collor era muito privatista, não é, muito privatizante.

M. S. – Então, seu papel durante todo o período Collor foi, basicamente, lidar com os discursos.

G. F. – Foi basicamente lidar com os discursos, é. Como é que eu vou te dizer? Nessa função, de assessor especial, quando... quem exerce essa função é diplomata, a relação tem que ser uma relação muito cuidadosa com o Itamaraty, porque você está falando com alguém que no fundo é teu superior, que é o ministro de Estado. A minha função não tinha nada que ver com a do Marco Aurélio. É outra coisa, completamente diferente. Então, o que eu fazia era ali um pouco de meio de campo, ouvia as coisas que o Collor tinha a dizer sobre política externa, mandava recados para o ministro. Era isso. Não era uma coisa muito misteriosa, não. Eu não estava ali formulando política externa, fazendo propostas de política. Não. Não era isso. Eu conduzia, organizava as viagens, fazia, polia uma ou outra coisa, dava idéias para o discurso, mas o processo de formulação...

M. S. – Não passava por ali.

G. F. – Não passava por ali.

M. S. – Depois da queda do Collor, esse posto se mantém com Itamar.

G. F. – Se mantém com Itamar. Quer dizer, eu saí antes do Collor ser *impeached*, O que aconteceu foi o seguinte. Eu fazia os discursos do Collor. Quando começou essa história das acusações de corrupção, etc., houve um discurso que ele fez, que eu cheguei a preparar, mas que era um discurso que estava ali... que eu achava que devia ter outro tom, se ele, realmente, era inocente daquelas acusações. Aí...eu não me lembro exatamente. Essa parte eu tenho anotado lá, em algum lugar na minha agenda. Mas enfim. O fato é que eu, quando terminou esse episódio, eu disse ao Coimbra: “Não faço mais discurso sobre esses problemas pessoais do presidente, porque esse discurso tem que ver com a vida pessoal dele. Isso aí tem que ser... E como envolve acusações, tem que ser feito por outro, por outro tipo de redator.”. E aí, topou. Eu disse: “Eu continuaria fazendo os discursos oficiais. Se ele for sobre as posições oficiais dele, eu faço.” Mas aí, como eu disse, não tinha muita mão-de-obra para fazer esses textos. Aí passaram-se... sei lá, umas duas ou três semanas desse acerto, houve uma..- eu não me lembro mais quem foi -- uma dessas entrevistas bombásticas que saiu - não foi a do Pedro Collor, acho que foi a do motorista - na *Veja* ou na *Isto é*, e o Coimbra me chama para fazer o discurso que rebateria essa entrevista. Isso era um domingo, lá em Brasília. E eu disse a ele: “Olha, eu não vou fazer, porque existe essa combinação. Para escrever, Você pode chamar os políticos, chamar advogado, chamar o assessor jurídico...” Aí ele aceitou. Eu fui para casa. E aí, depois de eu ter dito que não podia fazer, ele chamou os meus assessores, o Marcos Galvão e o Panelli; que estavam em um clube, foram para lá de bermudas, e queria forçar os meninos a fazer a entrevista. Não sei se o Marcos contou esse episódio. Pois é. Então você sabe da história. E aí não tinha outro remédio, nós tínhamos que nos demitir mesmo. Mas o clima não era bom naquele fim de Collor. Às vezes, a impressão que eu tenho é que a gente estava procurando pretexto para sair dali com uma certa dignidade, não é. Mas os outros diplomatas que ficaram, ficaram até o fim. O Choffi que era o chefe do Cerimonial, saiu com muita dignidade. Foi ele que levou o Collor até o...

M. S. – O Collor até a porta.

**G. F.** – É. Acho que se você consegue separar essa coisa do envolvimento político ou do envolvimento pessoal com o presidente, você pode desempenhar bem o teu papel, e não se machuca.

**M. S.** – E na saída, você foi para...?

**G. F.** – Aí eu fiquei uns três ou quatro meses sem função. E o Fernando Henrique assumiu.

**M. S.** – O Itamar.

**G. F.** – O Itamar assumiu a presidência. O Fernando Henrique assumiu o Ministério e me chamou lá. Eu gostava muito de Fernando Henrique, minha tese de mestrado é sobre Fernando Henrique.

**M. S.** – Se conheciam pessoalmente já.

**G. F.** – Eu conheci o Fernando Henrique em 74, 75.. Acho que ele estava em Princeton, com a família, eu estava em Washington. Eu era secretário da embaixada, fazendo minha tese de mestrado em Georgetown. E a tese de mestrado era sobre dependência. Hoje, eu olho para aquela tese, não consigo entender nada do que eu escrevi. [risos] É muito complicada, não é, porque tinha todo um negócio de... a dependência era ou deixava de ser um modo de produção... Enfim, era uma complicação enorme. Mas uma vez, Fernando Henrique foi na minha casa, com dona Ruth, com as crianças, conversamos sobre a tese. E daí em diante, esporadicamente, eu o encontrava, não. Acho que ele gostava de mim. Tanto que, quando eu saí dessa função lá do Collor, foi das poucas pessoas, enfim, que me ligou e tal, me deu um abraço, me apoiando e tudo. E sempre foi muito cordial comigo. Então... Enfim, para completar a história. Ele me chamou, disse que gostaria muito de trabalhar com ele, mas... que estava saindo, por causa daquela história do Collor etc, então... que ele propunha que eu fosse presidente da FUNAG, da Fundação Alexandre Gusmão, que naquele tempo nem existia, era uma ficção, uma coisa que existia no papel; e servia como uma espécie de guarda-chuva para abrigar a ABC, que era a coisa importante. Eu disse: está bom. Ótimo. Aí eu fui com o Marcos. Não sei se ele te contou essa história.

**M. S.** – Não.

**G. F.** – Aí.. peguei o Marcos e fomos para uma salinha, lá no terceiro andar do Itamaraty, e aí começamos a ter idéias, e conseguimos recursos. A gente montou o primeiro programa.... Acho que nós fizemos um projeto de financiamento de estudos acadêmicos de relações internacionais, publicamos livros; isso tudo começou a ganhar corpo naquela ocasião. E fiquei lá o tempo... o tempo do Itamar todo. Quem me sucedeu, no Itamar, foi a Vera Pedrosa. Ela ficou com essa função de assessor especial.

**M. S.** – Então, na hora que Fernando Henrique chega à presidência, o convite é quase que natural.

**G. F.** – É. Enfim, eu o conhecia, era uma opção. Porque nessa função na FUNAG, fizemos coisas para o Fernando Henrique. Havia um outro amigo do Fernando Henrique, de muitos anos, chamado Clodoaldo Hugueney, que agora é embaixador na China, em Pequim. E nós dois, então, montamos lá uma grande reflexão sobre o Itamaraty, sobre reforma do Itamaraty, sobre o Itamaraty no mundo, etc., por encomenda do Fernando Henrique.

**M. S.** – Saiu publicado, inclusive, não é, um volume de capa dura.



**G. F.** – Eu não me lembro se saiu. Como é que chamava? Eu não me lembro mais como é que chamava.

**M. S.** – *Política externa no mundo em transformação*. Uma coisa assim.

**G. F.** – Ham?

**M. S.** – *Política externa no mundo em transformação*. Eu me lembro da capa.

**G. F.** – É. Eu não sei se aquilo chegou a ser publicado não, Matias. Enfim... .. Eram dois ou três volumes. Porque a gente fez uma coisa. ampla.. Aquilo foi bem feito, não é. Porque a gente fez o seguinte. A gente fazia uns papéis sobre política externa e tinha duas fontes de alimentação: uma, eram reuniões plenárias dos chefes da casa; e a outra fonte eram os seminários. Então, acho que os seminários foram publicados. A parte que era digamos interna, essa não foi publicada. E aí foi muito divertido, porque a gente chamava quem a gente queria, quer dizer, com o prestígio do Fernando Henrique, foi uma... foi muito, muito divertido. E por conta dessa função lá na FUNAG e dos seminários, o Fernando Henrique pediu, então, que nós organizássemos aquele seminário que ele fez antes de tomar posse. Ele chamou os amigos do mundo. O... Chamou uma porção de gente. Chamou o Castells<sup>4</sup>, chamou o Giddens<sup>5</sup>, chamou uma porção de gente.

**M. S.** – Dali saiu alguma idéia específica para a política externa?

**G. F.** – Daquele seminário?

**M. S.** – Dos encontros que levaram ao...

**G. F.** – Você está falando de que encontros?

**M. S.** – Dos encontros, tanto os dos chefes da casa quanto os seminários que se faziam com convidados.

**G. F.** – Quer dizer, idéia, tem muitas, não é, uma porção de idéias, mas... enfim, alguma idéia que tivesse se transformado em política, eu não me lembro, não. Eu teria que dar uma olhada.... Essa produção de idéias, depende muito de contextos, e é muito difícil você ter uma idéia – vamos fazer isso ou vamos fazer aquilo; elas vão nascendo, não é. É claro que o Fernando Henrique tinha lá suas... e o Lampreia, não é, tinha lá suas idéias em relação a coisas do Terceiro Mundo, tinha idéias em relação a direitos humanos, e cada um tem lá o seu caminho. Mas destacar uma coisa que fosse assim decisiva, é muito difícil.

**M. S.** – Então, quando o Fernando Henrique vai para a presidência, a sua partida para lá é...

**G. F.** – É, é. Exato. Eu já tinha... Como eu já te falei. Eu estava próximo a ele, sobretudo, nesse processo de organização daquele seminário, que foi realmente muito interessante.

**M. S.** – E as suas funções lá eram similares às suas com o Collor?

**G. F.** – É... eram em essência as mesmas...O que é que eu fazia lá? Eu fazia duas coisas... ou, três coisas. Eu continuei fazendo discurso. Mas é claro que fazer discurso para Fernando Henrique não tem nada que ver com fazer discurso para o Collor, porque

---

<sup>4</sup> O entrevistado se refere ao sociólogo espanhol Manuel Castells

<sup>5</sup> O entrevistado se refere ao sociólogo britânico Anthony Giddens

o Collor era um obsessivo do texto, quer dizer, tem discurso que eram revisto quinze vezes, quer dizer... enfim, ele mudava uma frase e depois não gostava, aí eu mudava a frase, e nós tínhamos que preparar isso tudo, porque ele... não gostava de improvisado, ele falava sempre com base nos textos escritos; então, um texto que ele ia ler tinha que ser exatamente o texto que tinha sido preparado. O discurso tinha que estar na sua forma final. Isso dava trabalho. E também fazia... Com o Collor, a gente fazia uma porção de coisas, inclusive pessoais, cartas que ele escrevia, enfim... Realmente, a gente tomava conta de toda a correspondência, de tudo que fosse escrito por ele. No caso do Fernando Henrique, era muito diferente, porque Fernando Henrique não tinha essa obsessão do texto. Fernando Henrique era professor e... enfim, professor sabe que texto escrito, que você lê como um ator, não é uma coisa muito charmosa; então, eu preparava os discursos, ele corrigia muito pouco, e às vezes lia, às vezes não lia, mas, enfim, eram textos de referência para ele, não é. Então eu fazia isso. Então essa coisa do discurso continuava. A segunda coisa que eu fazia, que também tinha lá suas semelhanças, era essa ligação do Itamaraty com o Palácio, ligação do ministro com o presidente. Então, às vezes, o ministro queria despachar uma coisa, queria alguma informação do presidente, e eu como eu via o Fernando Henrique quase todos os dias, e como no caso, também, do Collor, tinha mais facilidade de acesso porque era funcionário do Palácio, então eu trazia a mensagem e vice-versa, ou levava uma mensagem do presidente para o ministro. Então essa era uma coisa. E a terceira coisa era a burocracia do Palácio. A burocracia de decretos, portarias, essas coisas todas, que tinha muita coisa que o presidente assinava, enfim, que o Itamaraty mandava, aquilo passava por mim; em geral, ia para a Casa Civil, para ver se não tinha nenhum problema de ordem jurídica, e eu devolvia.

M. S. – Com quem é que Fernando Henrique conversava sobre política externa na vida cotidiana do Palácio?

G. F. – Olha, ele tinha uma porção de diplomatas lá. Quer dizer, tinha o Sérgio Amaral, com quem ele tinha uma relação muito próxima e também muito rica, não é. Você está dizendo dentro do Palácio?

M. S. – Ou no *entourage* que circulava por ali, de embaixadores, amigos pessoais de longa data...

G. F. – Tinha uma porção de gente. Quer dizer, tinha... Dentro do Palácio tinha, pelo menos, o Sérgio Amaral e o Luciano Martins, que era muito amigo dele, da vida inteira, e o terceiro era o Vilmar Faria, que era um homem excepcional. Uma cabeça, realmente... Você conheceu o Vilmar?

M. S. – Não.

G. F. – Ele morreu. Mas era um homem de uma qualidade intelectual, de uma integridade moral incrível.

M. S. – Inclusive sobre política externa e política internacional ele falava?

G. F. – Ele falava com Fernando Henrique sobre tudo, inclusive sobre isso. A gente trabalhava junto, trabalhava praticamente... na mesma sala, e a gente conversava muito. Eles, o Luciano e o Vilmar, tinham conhecimento do mundo, não é. O Luciano tinha sido professor na Science Po não sei quantos anos, o Vilmar tinha vivido no Chile, tinha um PhD por Harvard, então eram pessoas que sabiam do mundo; qualquer assunto que você levantasse, eles seriam capazes de conversar e... E Fernando Henrique gostava também de uma porção de diplomatas. Também do Lampreia, do Bambino, do

Seixas, do Fred Araújo, que eu me lembro, do Clodoaldo, com quem ele também tinha uma boa relação. Enfim, o Fernando Henrique é um sujeito que gosta de conversar, ele gosta de gente, ele conversa muito. Não sei se já conversou com ele.

M. S. – Nunca.

**G. F.** – Ele tem um grande prazer na conversa. E ele sabe ouvir. Então ele gostava daquelas conversas com o pessoal do Itamaraty. Ele chamava, de vez em quando, para almoçar ou para jantar. Um outro embaixador, que morreu, que ele gostava muito, que era o Zozá, que foi embaixador em Santiago, tinha sido embaixador em Pequim. Enfim... O Celso Lafer, que também era muito amigo dele de toda a vida. Enfim, tinha muita gente com quem ele falava.

M. S. – Para o historiador do futuro que for estudar o processo decisório em política externa durante o período Fernando Henrique, qual é o lugar para olhar? Onde se tomavam as decisões?

**G. F.** – Ah, o Itamaraty. Quer dizer, o Fernando Henrique tinha uma relação estupenda com o Lampreia, muito fácil, muito cordial, muito...

M. S. – Que se explica como? Qual era a mecânica da...?

**G. F.** – Mecânica em que sentido?

M. S. – Qual era o funcionamento regular? Eles se encontravam muito, pessoalmente?

**G. F.** – Encontravam, pelo menos, acho que uma vez por semana. Ou quando tinha um assunto urgente, o Lampreia levava a ele. Eu acho que eles se respeitavam. O Lampreia tinha sido secretário-geral do Fernando Henrique e eu acho que, quando o Lampreia assumiu a Secretaria Geral, sequer conhecia o Fernando Henrique. Ou conhecia, se conhecia, muito superficialmente. Mas eu acho que o Fernando Henrique apreciava as qualidades do Lampreia. Ele conhecia muito política externa, sabia apresentar posições brasileiras com grande sensibilidade, com grande clareza. E eles criaram uma relação muito próxima e muito fácil, quer dizer, daquelas relações que você não precisa dizer muito para explicar o que você quer. Eu acho que foi o... Então o Felipe tinha uma grande autonomia em política externa, e tinha a confiança, praticamente, absoluta do Fernando Henrique.

M. S. – Então ele tinha muito poder também, dentro da casa.

**G. F.** – Tinha. Sem dúvida.

M. S. – Não tinha competição com outros embaixadores, que tivessem acesso pessoal ao Fernando Henrique.

**G. F.** – Não. Não, porque.....numa situação normal, em que a casa é muito hierarquizada, o ministro, pelo fato de ser ministro, já tem uma posição de autoridade, poder, se você quiser. E Felipe tinha, não só pela autoridade que vinha pelo fato de ser ministro, mas pela própria história diplomática dele. Tinha sido embaixador em Genebra, tinha sido secretário-geral,... Então ele era um personagem de peso, que seria respeitado, foi respeitado como ministro. O Felipe também, tem uma outra coisa. Ele conviveu com o poder desde muito cedo. Ele foi assessor do Silveira, ele tinha o quê? – tinha trinta e poucos anos de idade. Foi quando eu conheci o Felipe. Ele, inclusive, me ajudou, porque eu estava em Washington como secretário, tinha casado, queria voltar para o Brasil, que não era uma coisa muito regular... Enfim, não é que fosse irregular,

mas o normal era você ter um segundo posto. Aí pedi a ele, ele me trouxe para o Brasil. Eu fui trabalhar com o Zappa, trabalhei um ano e pouco com o Zappa, depois fui trabalhar com ele, na Assessoria de Imprensa.

M. S. – Do Silveira.

G. F. – Do Silveira.

M. S. – Como foi o convite para Nova Iorque?

G. F. – Olha, eu nunca pensei em ir para Nova Iorque, porque eu não tinha nenhuma tradição nessa área multilateral. E um dia eu soube, acho que através do Bambino (embaixador Rego Barros), que o Felipe estava cogitando de me mandar para Nova Iorque. E depois, enfim, se confirmou que ele queria me mandar para Nova Iorque. Foi um pouco de surpresa para mim... Para essas posições, Nova Iorque, Buenos Aires, Washington, é claro que você não pode mandar um sujeito que não tenha algum conhecimento de como a diplomacia funciona, mas até mais importante que isso é a relação de confiança que você tem que ter com o ministro ou com o presidente; você vai falar não só como profissional, nesses lugares, você vai exprimir, em temas delicados, o pensamento do presidente e do ministro, então você tem que conhecer o pensamento desses personagens. Se você vai para... sei lá, para um consulado ou um posto distante, você deve ser sempre um bom profissional, é ótimo que você seja um bom profissional, mas os temas não exigem que você seja obrigado a improvisar sobre o que é o pensamento do presidente. Enquanto que na ONU, em Buenos Aires, em Washington isso acontece a toda hora. Então acho que foi..em. parte, por isso que fui para Nova York. Acho que, em parte também, porque o Felipe queria mudar um pouco a organização desse mundo multilateral dentro do Itamaraty, que... enfim, tinha sempre um grupo, mais ou menos, dominou isso a vida inteira, o Felipe queria ver se botava um pouco de sangue novo, ver como é que isso funcionaria.

M. S. – Qual era o grupo tradicional?

G. F. – Olha... Deixa eu ver quem é que... Era o grupo que talvez fosse mais ligado ao Paulo Nogueira.. É difícil identificar. Mas, enfim, era... Você olha para a lotação na missão na ONU, é uma turma que mais ou menos se repete, que foi lá como secretário, volta como conselheiro, depois vem como embaixador. Enfim. E eu não participava desse grupo, nem a embaixadora Celina Assunção que foi ser a chefe do DOI. Então, era um pouco para mudar, para ver se...De outro lado, os meus dois ministros conselheiros e o meu representante alterno, quando eu estava lá, todos eles tinham histórias anteriores na ONU.

M. S. – Quem eram os seus ministros conselheiros lá?

G. F. – Uma era a Maria Luíza Viotti, que agora é embaixadora na ONU, o outro era o Enio Cordeiro, que agora é o chefe do Departamento das Américas.

M. S. – Nesse quadro, onde é que se encaixa o Celso Amorim? O Celso Amorim fazia parte da turma...?

G. F. –... Mais ou menos. Porque o Celso tinha sido embaixador em Genebra, eu o sucedi nas Nações Unidas... Enfim, talvez o Celso fosse, mas a carreira do Celso é um pouco peculiar, porque ele começou em multilateral, acho que o primeiro posto dele foi a OEA, mas OEA é um multilateral assim de segunda classe. E foi quando eu o conheci, porque eu trabalhava na divisão da OEA. Os dois eram de segunda classe naquele tempo. [ri] E depois, eu tenho a impressão que ele passou um tempo... muito tempo no

Brasil, serviu na Holanda, foi chefe do Departamento Cultural, depois foi chefe do Departamento Econômico.. A carreira dele...

M. S. – Foi para a Embrafilme, muito tempo.

**G. F.** – Ficou na Embrafilme muito tempo. Eu acho que ele assumiu essa vocação multilateral mais adiante, com a primeira embaixada dele, que foi Genebra. Aí, sim.. Ele tinha sido chefe do Departamento Econômico também; mas Genebra é que deu a ele essa projeção maior.

M. S. – Qual era a agenda que lhe esperava em Nova Iorque?

**G. F.** – Tinha aquele problema do Iraque, não é. Quando cheguei o Brasil ainda estava no Conselho de Segurança, e eu ainda fiquei um tempo no Conselho... O Celso terminou com grande *panache* os anos dele nas Nações Unidas, porque ele presidiu aquele painel do Iraque, em...

M. S. – 98.

**G. F.** – 99. É. Foi em 98, mas terminou em 99.

M. S. – Quando o Brasil tinha cadeira rotativa.

**G. F.** – É. Teve 98, 99. O Celso saiu acho que em maio de 99, quando eu cheguei. Mas, nos últimos meses dele, presidiu o painel do Iraque, que tinha grande importância política, era o foco do trabalho da ONU. Porque você se lembra, os inspetores foram expulsos em 98, e o painel era para tentar recompor a presença da ONU no Iraque.

M. S. – Por que o Brasil terminou com uma posição tão proeminente no painel? O Brasil procurou?

**G. F.** – Não... Acho que foi o seguinte. Os países não permanentes no Conselho têm duas ocasiões de aparecer: uma é quando presidem o Conselho. Se você preside com habilidade, acaba aparecendo, sobretudo se uma grande *issue* está na agenda. E você também tem uma posição proeminente quando é alguma questão que está perto da tua... área geográfica, ou por alguma outra razão, você se sente mais à vontade com o assunto ou você tem alguma influência. Foi o nosso caso no Timor, em Angola etc.. Nesses assuntos, a gente tinha alguma...

M. S. – Tinha o que dizer.

**G. F.** – Tinha o que dizer. Agora na questão do Iraque, não tinha muito. Quer dizer, podia até fingir que tinha, mas não tinha. Bom. E o caso do painel foi esse. O Celso tinha tido uma atuação importante na ONU, antes, ele era muito ligado ao Kofi<sup>6</sup>, tinha uma relação muito boa com o Kofi, e havia esse impasse, quer dizer, como fazer voltar os inspetores para as Nações Unidas. E aí vinha uma briga danada de russo com americano etc.. quando surgiu a idéia do painel, que não foi, creio, inicialmente uma idéia brasileira, foi uma idéia, eu tenho a impressão, canadense. Os canadenses tiveram a idéia de tentar fazer um painel. E como o Celso presidia o Conselho quando a idéia surgiu, consideraram que era natural que ele assumisse a presidência do painel. Porque se você fosse debater quem vai assumir o painel, você entrava numa outra briga. E o Celso tinha muito prestígio, tinha muita ascendência, e, realmente, montou um painel com grande inteligência; e conseguiu chamar gente importante para analisar os diversos

---

<sup>6</sup> O entrevistado refere-se a Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU entre 1997 e 2006.

temas. O resultado do painel. foi impecável. Quer dizer, de uma certa maneira, o painel dizia que as armas de destruição em massa já não..existiam mais. Você conhece o resultado.. E ele propunha um esquema de recomposição das inspeções, que acabou não foi exatamente o que foi adotado, mas abria um pouco o caminho para que, mais adiante, se recompusesse . Eu acho que ele... aí, realmente, teve um trabalho extraordinário. Foi muito a ação dele. O Celso tem muita gana. Ele, realmente, é um sujeito que...

M. S. – Ativista.

**G. F.** – Ativista.... Quando eu cheguei, ele, realmente, era um grande nome nas Nações Unidas, um nome respeitável etc.. O que para mim foi confortável. Quer dizer, confortável porque eu cheguei com uma missão muito prestigiada. E aí... teve essa história do Iraque, e o que eu fiz foi negociar a resolução que aprovava a criação da UNMOVIC. Eu fiz isso. E depois teve o Timor. Foram os dois grandes temas lá, da minha participação. ..

M. S. – Em relação ao Timor, as instruções vinham diretamente do Lampreia? Ou o presidente tinha um interesse pessoal?

**G. F.** –Eram do Lampreia....É mais a orientação, porque ali, no Conselho, frequentemente não tem muita instrução específica, não. Melhor dito, tem instruções em certas circunstâncias; mas muitas vezes as questões se desenvolvem rapidamente e não há tempo para detalhar instruções. É por isso, como eu estava te falando, que o embaixador lá tem que mais ou menos conhecer a cabeça do ministro e a cabeça do presidente para agir com segurança, porque não tem muito tempo. No Timor, os indonésios invadem e começam a matar gente, destruir, e era preciso inventar uma forma, em vinte e quatro horas, de tentar barrar aquilo. Então, não adianta você pedir muita instrução. É claro, você informa, você conversa, mas que você tem que improvisar muitas vezes... Nesse caso, o que eu fiz, junto com o holandês, foi convocar uma reunião do Conselho de Segurança para deliberar, etc. Você não tempo para pedir instrução sobre os detalhes disso. Você sabe o que fazer ou você não sabe. Então... É por aí. Mas é claro, eu conversava muito com o pessoal em Brasília... Eu não fazia as coisas da minha cabeça, quer dizer, as decisões específicas, operacionais, podiam até ser minhas, mas eu tinha um quadro, conversava muito ou com Lampreia ou com Bambino ou depois, com o Seixas, sobre esses assuntos todos. Então, eu me sentia à vontade em fazer. E o embaixador na ONU tem que se sentir à vontade para agir dessa maneira. Então você tinha uma orientação geral em relação à história do Iraque, tinha uma orientação geral do Lampreia, e que eu tocava. O Lampreia, ele discordava um pouco do Celso, porque achava que o Celso se expunha demais, além da conta, etc.. Mas enfim... Aí, ele te esclarecerá isso melhor do que eu. [ri]

M. S. – Ele não tinha isso como seu perfil.

**G. F.** – É. O Lampreia não... É. Aí, tinha uma coisa complicada, porque o Lampreia talvez tivesse uma visão de Nações Unidas diferente da visão do Celso. O Celso era muito mais ativista, quer dizer, ele abria muito mais o leque de atuação; por isso, ele teve essa atuação tão forte em relação ao Iraque, que talvez o Lampreia não considerasse tão importante. Tanto que ele queria que o Celso sáísse, fosse de uma vez para Genebra, para onde estava designado, e que eu assumisse a função.

M. S. – O medo do Lampreia qual era? De sobre-exposição do Brasil, que terminaria comprometendo o Brasil em outras negociações?

**G. F.** – Eu não sei. Quer dizer, ele achava que certos temas do Conselho de Segurança não seriam importantes do ponto de vista do interesse nacional; ou porque estavam distantes ou porque não eram conhecidos profundamente, não eram temas que deveriam exigir ou requerer um grande uso de capital diplomático, como o Celso, às vezes, acha. Tanto que eles têm posições diferentes em relação à própria reforma do Conselho.

**M. S.** – Qual era a posição de vocês sobre a reforma do Conselho, lá atrás?

**G. F.** – A posição era o seguinte. Você não devia se empenhar mais do que o bom-senso aconselhasse; que você não devia se arriscar... digamos correr riscos, por conta da reforma do Conselho, você não devia ir além da ONU para levar essa reforma do Conselho adiante. Acho que a diferença é essa. Eu nunca recebi uma instrução para não lutar pela reforma do Conselho. Não. Isso era um dado. E nós éramos candidatos e eu fazia tudo que se devia fazer para manter ativa a candidatura, etc.. Eu tinha reuniões regulares com o indiano, com o alemão, com o japonês. Toda vez que o japonês inventava de fazer umas gestões ou pedia às pessoas para falar do Conselho, eu fazia. Enfim, nunca... nunca se fez menos do que se devia..

**M. S.** – Ainda não como gestão conjunta, não é? Isso é pré G4.

**G. F.** – Era. Era pré G4. Exato. Enfim, eram gestões combinadas, mas não eram, necessariamente, gestões conjuntas. Mas eu tinha reuniões regulares com os outros três. Mas o que aconteceu é o seguinte. Qual é as condicionantes desse processo? A primeira condicionante é a lógica da ONU. Então, não adianta você ser muito ativista se a lógica não permite esse ativismo. Quer dizer, é diferente do que aconteceu depois, na gestão do Celso. O Celso talvez... Quer dizer, claro, ele era muito ativista, mas, depois, mais recentemente, o jogo permitia.

**M. S.** – A conjuntura era outra.

**G. F.** – A conjuntura era diferente. Você tem que manejar a coisa... A outra coisa que eu acho que, sim, faz uma diferença estratégica fundamental, é que não se passava da ONU para defender a reforma do Conselho. Quer dizer, eu acho que o Celso, na gestão do Celso, você vai além da ONU, faz gestões bilaterais, você abre embaixadas, enfim, você tem todo um conjunto de medidas, que correspondem a uma estratégia muito mais ampla, muito mais forte do que aquela que existia...

**M. S.** – Ambiciosa.

**G. F.** – Mais ambiciosa. Exatamente. Mas a gente nunca deixou de querer ser membro do Conselho.

**M. S.** – Gelson, tem uma literatura muito rica, hoje em dia, que fala do papel de grupos informais que atuam na sombra do Conselho de Segurança, muitas vezes com esses membros rotativos, onde, crescentemente, aspectos normativos do Conselho são decididos não, necessariamente, pelos cinco grandes, mas por esses grupos informais. A ênfase dessa literatura é toda na década de 2000, então pode ser que não tivesse sido algo relevante, mas...

**G. F.** – Você tem uma porção... de grupos informais que atuam em questões específicas. Eu me lembro, quando estava lá, de participar do grupo de amigos do Secretário-Geral em matéria de Angola. Então, quando tinha uma questão sobre Angola, o Kofi chamava meia dúzia de países, que eram Brasil, Portugal, Estados Unidos, Nigéria, África do Sul, etc., para conversar sobre aquele tema, com vistas a

alguma decisão que ia ser tomada pelo Conselho de Segurança. Você tinha isso para Angola, tinha isso para o Timor, tinha isso para o Saara Ocidental. Você tinha esse jogo. Não em relação a questões normativas, não, porque, teoricamente, o Conselho não edita normas. Se bem que acaba editando. E o que é que acontece com os grupos, com os países não rotativos... os membros não-permanentes? Os membros não-permanentes não constituem uma unidade, porque eles são muito diferentes entre si. Você tem dois europeus, dois americanos, dois latino-americanos, etc. Não há unidade entre eles. A única unidade é o fato deles não serem permanentes, e quererem participar mais na história. Mas quando você entra nos temas substantivos, aí é diferente, as distâncias entre eles são enormes. Então você tem um pouco dos não-alinhados, quer dizer, quando os países em desenvolvimento têm posições mais próximas, mas às vezes não têm; às vezes, os países são muito diferentes: Costa Rica com Nigéria, vão combinar raramente. Então é complicado fazer generalizações sobre os membros. Onde a gente se unia era quando se tratava de procedimentos no Conselho, pedindo mais transparência, que o informe do Conselho à Assembléia devia ser mais completo, que devia haver mais sessões abertas. Enfim, esse tipo de discussão é que unia os não-permanentes.

**M. S.** – Tem uma interpretação, que eu não sei se é uma interpretação emergente, porque ainda não tem muita literatura sobre o período Fernando Henrique em política externa, tem pouca coisa ainda. Mas é a idéia de que tem um ceticismo básico em relação às Nações Unidas, onde não se espera que dali saia grande coisa, seja para promover o interesse nacional, seja para projetar o Brasil no mundo, e como um espaço onde o Brasil pode oferecer uma visão própria do que quer que seja de ordem internacional. Qual é sua avaliação sobre a atitude geral?

**G. F.** – Mais ou menos essa. Quer dizer, era uma visão muito... eu ia te dizer realista. Eu acho que o Fernando Henrique tinha uma preocupação com as questões multilaterais que era evidente. Quer dizer, ele nunca desprestigiou a ONU. Em alguns temas, ele, inclusive, foi muito adiante; sobretudo, em termos de regulação financeira. Ele tinha idéia sobre a necessidade de regular e, para isto, ele sempre considerou a ação multilateral como um instrumento importante. A outra coisa é o seguinte. O que é que ele fez? O que é a contribuição dele mais importante? A gestão do Fernando Henrique coincide com as grandes conferências globais, . salvo a do desenvolvimento sustentável. Então, na primeira conferência, que foi 93, sobre os direitos humanos, o que é que Fernando Henrique faz? Ele abre o Itamaraty para um debate com a sociedade civil. E isso se repete, de forma cada vez mais sofisticada, mais ampla, nas outras conferências. Então o processo de preparação das conferências foi um processo que eu acho que foi muito inovador, em direitos humanos, em desenvolvimento social, em direitos da mulher, tudo isso.

**M. S.** – Racismo, não é.

**G. F.** – Hein?

**M. S.** – Racismo também, foi durante Fernando Henrique.

**G. F.** – Racismo. Tudo isso foi feito. Eu acho que Fernando Henrique compreendia que essa mobilização, que essas conferências não iam mudar o mundo, mas elas eram importantes, inclusive, para a mobilização interna diante de certos temas. E foi o que ele fez. Ele prestigiou as conferências dessa maneira. Eu acho que no caso do Timor, ele também se mobilizou. Quer dizer, é muito difícil você fazer generalizações sobre a ONU. Eu acho que o Brasil, quando houve a história do Timor, a teve uma posição proeminente, ativa e que eu tenho certeza que Fernando Henrique



queria mandar mais gente, mais tropas; mas acabou não conseguindo. Mandamos... O Congresso aprovou cem ou cento e poucos, na primeira rodada. Mas ele, o Fernando Henrique, fez questão de ir ao Timor.

M. S. – Ele tentou mandar mais?

G. F. – Ele tentou mandar mais.

M. S. – Qual foi o problema?

G. F. – O Congresso. Acho que era dinheiro, não sei. Acabaram aprovando um número menor de tropas do que ele estava pretendendo.

M. S. – Foi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa?

G. F. – Eu não me lembro. Tem que checar. Eu não sei. Eu não me lembro. Quer dizer, houve um debate interno,... Porque, quando você manda tropas, você gasta dinheiro; e era um período complicado do ponto de vista de orçamento. Eu não sei quem é que colocou as dificuldades; mas, em geral, era o pessoal do Orçamento e da Fazenda. Quer dizer, o que a gente fez de propostas de mandar tropas.... Mas sempre havia resistências.

M. S. – Havia infinidade de propostas para engajamento?

G. F. – Havia, sim. Porque os militares sempre tinham muito interesse em mandar tropas.

M. S. – Claro. E o Itamaraty não achava ruim, necessariamente.

G. F. – Não. Porque dá prestígio, entende? Quer dizer, se você está com tropas no Haiti, você está com tropas em Angola, é que a gente sempre mandou tropas onde a gente tinha algum tipo de intimidade maior com o problema..... Se você manda tropas, você entra num tema quente da ONU, e você passa a ser ouvido, você passa a...

M. S. – Está em outra liga.

G. F. – Você entra em outra liga. o... Por isso que sempre a Missão e sempre os militares propunham mandar mais gente do que finalmente, autorizavam. Eu acho que isso é uma coisa importante que o Celso fez, no caso do Haiti, de ter dado esse salto, porque...Resistência dever ter havido. Mas, enfim, eu já não estava, já não trabalhava mais nisso. Mas foi uma expressão forte dessa coisa multilateral, de tropas e de manutenção da paz. Acho o Celso faz um jogo bem feito nesse episódio Você pode achar que o objetivo do jogo talvez... devesse ser outro. Mas quando ele entra no jogo, ele joga bem.

M. S. – Ele é hábil.

G. F. – Ah, é.

M. S. – Eu tenho uma última pergunta. É sobre a relação entre o embaixador na missão nas Nações Unidas e o chefe do DOI<sup>7</sup> em Brasília. Como é que funciona essa relação?

G. F. – É muito fluida, em geral. Quer dizer, eu trabalhei com a Celina, que era amiga, uma pessoa de quem eu gostava muito, era casada com um colega meu de turma,

---

<sup>7</sup> O entrevistador refere-se ao Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty.

o Márcio, que depois morreu. Depois, foi o Guerreiro. Enfim, era uma relação tranqüila, fluida. Não tem muito mistério, não.

M. S. – Mas do ponto de vista substantivo, existe algo ali?

**G. F.** – Não. Porque o problema é o seguinte. Esse negócio das Nações Unidas, tem uns tantos temas que o embaixador trata. Mas oitenta por cento dos temas são temas que são tratados pelos conselheiros. Quer dizer, eu brincava lá com meus funcionários, dizia *vocês... aqui dentro, tem um embaixador e vinte funcionários; lá fora tem vinte embaixadores*. Porque o sujeito sai da porta da missão, ele é embaixador, diz coisas, aprova posições, volta sempre dizendo que salvou o mundo. É um pouco a atitude dos funcionários lá. [ri] A esperança que tenha... algum que tenha, realmente, salvado o mundo. Não sei. . E você tem aquela multidão de resoluções, que vão variando de ano para ano. E o trabalho lá é saber se a variação é boa ou ruim. E em geral, quem lida com isso, quem tem a memória das posições e quem sabe até onde você pode ir ou não pode deixar de ir é o pessoal do DOI. Ou da DNU<sup>8</sup>. Então, o diálogo com o pessoal da... sobretudo para aprovar resoluções, era... era... constante.

M. S. – Era com os dois.

**G. F.** – É. Eu entrava em uma ou outra ocasião.

M. S. – Está ótimo.

**G. F.** – Você não faz nenhuma pergunta. Ele não deixa você fazer pergunta.

D.N. – Aliás, tenho uma pergunta em relação a mandar tropas para os casos em que o Brasil tem mais interesse ou mais afinidade. Isso teria balizado a decisão de não mandar ninguém para o Kosovo, que foi na mesma época, em 99?

**G. F.** – Não. O Kosovo era uma confusão enorme. Para lá, mandamos observadores. Na Croácia, também, mas não me lembro mais. Você sempre manda três ou quatro observadores. No Kosovo teve, com certeza. Pouca gente. Mas você não mandava tropa. Para mandar tropas, aí são outras condições que entram em consideração. Uma das condições é essa, você tem que ter alguma afinidade, algum interesse estratégico, Você tem que ir além do interesse de, simplesmente, mandar tropas. Por isso que... sobretudo agora. Quando o Brasil mandou tropa para Chipre não era assim, para o Sinai. Mas agora é assim. A primeira grande ação foi em Angola. Moçambique, a gente mandou tropa. Mas são países...

M. S. – E também houve resistência nesses casos.

**G. F.** - Eu não sei, porque isso aí é de um tempo anterior a minha chegada E sempre há, porque você gasta dinheiro. Por que você não manda mais? Porque é muito difícil você convencer alguém do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento que você mandar cinquenta soldados para o Congo é uma coisa boa para o país. Por quê? Enfim, mas ele pode morrer. Pode. O brasileiro vai morrer para salvar o Congo da sua miséria interna? Você não consegue. Se você vai ter que convencer que é importante mandar para o Haiti, você imagina para o Congo. Então, essa história de mandar tropas é uma coisa complicada. Você tem os países que mandam regularmente e fazem dessas tropas, dessas missões, fazem parte da sua vida militar cotidiana. Índia, Paquistão...

---

<sup>8</sup> O entrevistado refere-se ao Departamento das Nações Unidas.

D.N. – Bangladesh.

**G. F.** – Bangladesh. Você olha lá para os países que mais mandam tropas, são esses. Por quê? Em parte, porque, ao mandar as tropas, os soldados estão ganhando mais do que ganhariam se estivessem no seu país. Agora o nosso caso não é assim. A ONU acho que paga quarenta ou cinquenta dólares por dia, ou menos que isso, e você tem que completar a diária do soldado, você tem que prepará-los... Enfim, é muito complicado. Então, há muita resistência. *Así es la vida.*

M. S. – Ótimo. Muito bem. Muito obrigado.

**G. F.** – Está bom. Só isso?

**[FINAL DO DEPOIMENTO]**